

# A montanha pariu

OPINIÃO

## » MAURÍCIO CORRÊA

A Câmara Legislativa do Distrito Federal escolheu o novo governador da cidade. O processo eleitoral disciplinado para as eleições conteve vícios insanáveis. Não assegurou a outros interessados o mesmo direito dos candidatos aceitos para o pleito, embora estivessem na mesma situação jurídica dos que foram legitimados para a disputa. Houve, assim, patente violação ao princípio constitucional de isonomia, que garante igualdade de tratamento a todos os brasileiros. Ninguém deve pretender submeter, no presente estágio, a hipótese à apreciação do **Poder Judiciário**. A questão por sua natureza está ultrapassada. Considerado o quadro, o candidato que reuniu mais votos se elegeu. Cumpriu-se a exigência da realização de eleição indireta tal como tardiamente instituída pela CL, conforme ordena norma prevista na Constituição Federal.

Fala-se que houve manobra à sorrelfa entre deputados para a escolha vitoriosa. Certo é ter como maldosa a afirmação. Não se pode falar também que houve cambalacho. Soa exagerado o conceito. Ou que tenha havido, para usar expressão de gosto petista, maracutaia. É demasiado atribuir aos deputados engenho do ardil. Melhor será dizer que compuseram um **acórdão** urdido a latere do pleito e à semelhança de câmara escondida. Nesse caso, quem ficou a ver navios foi o insólito e refugado presidente da CL, usufrutuário de efêmera passagem pelos arrabaldes do poder. Foi, em poucas palavras, melancólica e solenemente passado para trás. Mesmo assim, se na antessala do turno da vitória houvesse falta de sufrágios, os votinhos do PT e companhia estavam armados para garantir a consagração final. Não foram necessários.

De qualquer sorte, mais uma evidência, quem diria. O resultado das eleições prenuncia aliança entre PT, PDT e PSB com o PMDB para as próximas eleições.

Assim desejou o presidente da República. Mandou que os contrários abaixassem a crista para não atrapalhar a composição nacional com o PMDB. As eleições locais vão reunir, pelo visto, os mais variados espécimes de candidatos da história das disputas eleitorais no DF. Nessa altura, já se sabe que o PMDB receberá o quinhão da vice na candidatura já definida a governador do PT. Não será difícil antever o que mais virá da partilha. É o rateio de candidatos a deputados federais e distritais, já que as candidaturas de senador já se acham devidamente arrumadas. Espera-se forte no pressuposto do histórico petista que muita água ainda vai passar debaixo da ponte por época da convenção do partido. É nessa hora que vão confirmar ou não as combinações adrede estabelecidas. Mas, como sempre, tudo afinal se concertará.

Afora os conchavos da escolha do governador-tampão, uma hidra de Lerna se esconde por trás de Têmis postada diante do **Supremo Tribunal Federal**. É o pedido de intervenção federal requerido para Brasília pelo **procurador-geral da República**. Já instruído o feito, não deve demorar muito para que o presidente da Corte exerça juízo monocrático sobre a questão ou a submeta à apreciação do colegiado que preside. A intervenção, se deferida, só aumentará o desgaste da imagem da capital perante a comunidade nacional. Ademais, faltam poucos meses para que novo governador seja eleito. O papel do interventor não será em quase nada diferente do governador-tampão. As articulações promovidas na CL, com as suspeitosas nuanças de que se revestiram, não diferem muito do que sucede no país. Se o atual governador dispuser a iniciar a restauração moral da política no GDF, já será grande passo.

O fato de ter sido presidente da Companhia de Planejamento do Planalto Central (Codeplan) e, até bem pouco tempo chefe do delator premiado que inaugurou a derrubada do governo, não serve para lhe

Continuação: A montanha pariu

transmitir mácula do pecado original. Tampouco lhe traz a mesma sina por ter servido a dois ex-governadores renunciantes de mandatos eletivos. É preciso que lhe dê algum tempo para dizer a que veio. Governador para interventor, nessa altura dos acontecimentos, nada mais significa que mera mudança de nomenclatura. Se a administração pública tem que se pautar pelos princípios de economicidade, não há razão para um interventor que só virá trazer mais despesas e acarretar descontinuidade num governo que nem seque de fato se instalou.

É prudente que o governador não se afeire à ideia de que é preciso governar apenas com os deputados que o elegeram. O governo é do povo e é a este que deverá prioritariamente servir. Precisa dele para melhor desempenhar a tarefa. Os parlamentares são os representantes do povo, mas isso não autoriza o

governo a abrir as portas na distribuição de cargos e outros favores pela contraprestação do voto dado. A percepção dos desvios vale como advertência do que já dá sinais de iniciar. Foi por causa dessa péssima cultura e do que ela encerra que o governo passado se desmoronou.

Intui-se que o **STF** não vá se comprometer na aventura de autorizar a intervenção. Não compadece com a tradição, história e independência da Corte. Sobretudo em ocasião tão próxima da data do quinquentenário de inauguração de Brasília e festa da Inconfidência Mineira, de seu herói Tiradentes, protomártir da Independência do Brasil. Isso seria o pior fato a marcar a efeméride.

Opinião/ 25